

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO de inclusão nos anais desta Casa o texto: UM ESCÂNDALO QUE EXIGE UMA INVESTIGAÇÃO MASTER.

Senhor Presidente

UM ESCÂNDALO QUE EXIGE UMA INVESTIGAÇÃO MASTER

O escândalo revelado pela Operação Compliance Zero pela Polícia Federal, sobre as operações do Banco Master, aponta emissão de títulos de crédito falsos, manipulação contábil e possíveis crimes como “gestão fraudulenta” e “organização criminosa”. É a revelação de um poderoso esquema criminoso que tem forte associação ao mundo político.

Por isso, é necessário que essas apurações sejam profundas, pois esta situação revelada afeta a solidez do sistema financeiro, coloca em risco poupadores, investidores e até fundos públicos ou de pensão. Por isso também, não basta apenas prender alguns envolvidos — é fundamental mapear toda a rede de responsabilidades e colocar a nú toda esta organização criminosa, inclusive seus tentáculos políticos, envolva quem envolver.

Segundo reportagens na imprensa, o controlador do Master construiu um “arco de alianças políticas” bastante amplo, com figuras do Centrão e da extrema direita que teriam atuado para obstruir investigações, impedir a criação de uma CPMI que investigaria o Master e até favorecer alterações regulatórias (como a chamada “emenda Master” para aumentar a cobertura do FGC).

Se tais relações não forem investigadas até o fim, há o risco de que a rede de poder que sustentava esse esquema continue intacta, e que casos similares voltem a ocorrer.

A liquidação extrajudicial do Banco Master pelo Banco Central, embora bem tardia, revela a gravidade da situação: segundo reportagens, o BC considerou “grave crise de liquidez” e “violação das normas do sistema financeiro”.

Além disso, há relatos de divergências documentais em transações entre o Master e o BRB, que segundo o presidente do BRB foram comunicadas ao Banco Central.

Também, conforme reportado, o ex-presidente do BRB continuou a autorizar repasses bilionários ao Master mesmo após alertas formais do BC sobre riscos — o que pode configurar conluio ou omissão grave.

Esses fatos indicam que não se trata de um problema isolado de má gestão, mas potencialmente de um esquema estruturado, com risco sistêmico relevante.



A proximidade entre figuras políticas e o banqueiro sugere uma promiscuidade que vai além da mera relação comercial: é emblemática de um problema de captura política por atores do sistema financeiro.

Aprofundar a investigação significa garantir que todos os envolvidos (bankers, políticos, executivos) respondam por eventuais crimes ou irregularidades para que os cidadãos saibam exatamente até onde foi a influência política no caso Master;

Um desdobramento completo das investigações enviará para a população uma mensagem clara de que o sistema regulatório e penal não tolera fraude financeira e conchavos escusos a fim de demonstrar que é possível criar barreiras para que outros casos semelhantes não se repitam.

A continuidade das investigações deve ser acompanhada por forte pressão da sociedade civil, da mídia, do Parlamento e de organismos de controle. É essencial que jornalistas investiguem conexões não só políticas, mas financeiras e criminais, parlamentares exijam comissões (como CPMIs) ou outras formas de apuração técnica e independente, entidades de regulação (Banco Central, Ministério Público, CVM) mantenham atuação rigorosa e autonomia e que a opinião pública continue mobilizada para que esse episódio não caia no esquecimento após prisões iniciais.

Fica claro também porque determinados governadores, o Centrão e o Bolsonarismo atuaram recentemente para enfraquecer o papel investigativo da Polícia Federal. Este escândalo indica o envolvimento de governadores (Ibaneis Rocha, Cláudio Castro etc) e caciques políticos de alta plumagem (Ciro Nogueira, Arthur Lira, Antônio Rueda etc), fora outros.

Defender a continuidade e o aprofundamento das investigações sobre o Banco Master não é apenas uma questão de punir culpados: é uma demanda para reforçar as instituições democráticas, assegurar transparência e responsabilização, e prevenir que práticas tão graves se repitam. Sem uma investigação robusta, corre-se o risco de que partes do esquema sejam acobertadas, e a sensação de impunidade se perpetue.

O Brasil não pode continuar refém de operações financeiras criminosas como essas, de esquemas que tomam de assalto nossos Orçamentos Públicos, através de Emendas Secretas e de associações criminosas que revelam a ligação de organizações criminosas com o mundo da política e o setor financeiro. É preciso passar o país a limpo. A sociedade brasileira exige isso. Que este trágico caso caminhe neste rumo.

1) Carlos Ferreira - Presidente Mesa Diretora

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 25 de novembro de 2025.

Ver. Ricardo Alvarez





CÂMARA MUNICIPAL DE
SANTO ANDRÉ

VEREADOR



Autenticar documento em <https://camarasempapel.cmsandre.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 360038003300340030003A005000. Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.